

Proteção de Dados Pessoais em foco

Edição nº 5

Novidade!

Os ataques cibernéticos a organizações públicas estão cada vez mais comuns e sofisticados. Pesquisas apontam que uma das características mais marcantes desses ataques é que estão se valendo de técnicas que exploram principalmente o desconhecimento das pessoas com relação aos conceitos básicos e às melhores práticas relacionadas à Segurança da Informação.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível a implementação de programas de conscientização em Segurança da Informação. O primeiro passo para a construção de um programa eficiente e eficaz é identificar as lacunas de conhecimento de seu público alvo. A Secretaria Municipal de Integridade e Transparência disponibilizou o questionário, que segue no link a seguir, no intuito de mapear todas as lacunas para permitir a elaboração de um programa completo a ser implementado em toda a PCRJ. Você não levará mais de 10 minutos para respondê-lo. Sua participação é muito importante!!

<https://forms.gle/dseXcyxd8nKxoogD6>



Você sabia?

Os servidores deverão atentar para os cuidados que devem tomar quando no tratamento de dados pessoais durante a realização de trabalhos que envolvam a utilização dos mesmos como: realização de auditorias; tomadas de conta especial; processos administrativos disciplinares; nomeações de servidores; etc. Os gestores devem adotar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra acessos indevidos.

Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estão sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):

- Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- Publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;
- Suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e
- Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além das medidas aplicadas pela ANPD, é importante destacar que processos judiciais podem resultar do descumprimento da norma.

Fique alerta! Busque informações e fique atualizado sobre a LGPD antes de exercer qualquer atividades que utilize dados pessoais.

Entre em contato:

Caso você tenha dúvidas sobre práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais ou queira sugerir temas para o boletim, colocamos à disposição o contato do encarregado de dados da CGM-Rio: renata.borges@rio.rj.gov.br ou ramal 3158.

Você também poderá entrar em contato com o representante do Comitê do seu setor.